



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 7 /2021

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2021**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
Rui Alberto Nunes dos Santos
Vera Lúcia Dias Machado
Alfredo de Jesus Cabral
Luís Fernando do Vale Pereira
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Mariana Mateus Fidalgo Simões
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Nelson Pereira Martins
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Sandra Monteiro Lourenço
Marta Daniela Silva Antunes



João Paulo Pacheco Loureiro
Fernando Santos da Silva
Adérito Silva Ribeiro
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Carlos Simões
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Fernando da Silva Figueiredo



Aos vinte e seis dias do mês de novembro, reuniu ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, pelas nove horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, a senhora D^a Marta Franco Coimbra Marques e, por um dia, os senhores: Márcio Rafael Rodrigues dos Santos e Vera Lúcia Dias Machado, em substituição dos membros: Felisberto Henriques Figueiredo Marques e Andreia Sofia Neves de Sousa

Iniciados os trabalhos pelo presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa, da parte do senhor presidente da junta de freguesia de Castelões e de Santiago de Besteiros, uma delegação de competência de representação na pessoa do senhor Adérito Silva e Carlos Simões, respetivamente, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

A falta do membro Fernando Figueiredo, que não justificou, pelo que foi considerada injustificada.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Período Antes da Ordem do Dia

1.1 Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 3 de setembro

O senhor presidente informou que as atas passarão a ser elaboradas de acordo com o previsto no regimento e na Lei, pelo que constará o que de essencial se passou na sessão, atendendo que existe registo áudio disponível.

Colocado à votação a ata de 3 de setembro foi aprovada por unanimidade pelos presentes naquela sessão.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão de 15 de outubro

O membro Nelson Martins interveio, referindo que na ata não referia as presenças e as faltas dos membros, tendo o serviço de apoio efetuado o devido aditamento.

Colocada à votação, a ata foi aprovada por unanimidade, pelos presentes na sessão de outubro.

1.3. Leitura de expediente

O senhor presidente da Mesa referiu que irá solicitar aos serviços de apoio que seja criado uma pasta partilhada, acessível a todos os membros, onde será colocada toda a correspondência rececionada, de modo a permitir a sua consulta sempre que o desejarem.

Seguidamente, o senhor primeiro secretário deu a conhecer o expediente rececionado desde a assembleia de setembro, a saber: email da CPCJ de Tondela e email do Núcleo de Apoio à Presidência, com recomendação no âmbito dos mandatos pelos membros das CPCJ indicados por autarquias; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com informação sobre o XXV Congresso da ANMP; pareceres jurídicos enviados pela Associação Nacional de Assembleias Municipais; e, jornais: “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O senhor presidente da Mesa referiu que o regimento em vigor, é o do mandato anterior, pelo que colocou à votação que neste ponto, a grelha de tempos fosse a constante no regimento a aprovar no ponto 2.1. colocado à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o senhor presidente da Mesa deu a palavra ao membro do Chega, para intervir, que declinou.

De seguida, o senhor presidente da Mesa deu a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, intervindo o membro Marta Marques, no âmbito das alterações climáticas e das consequências na humanidade. Referenciou a urgência na tomada de decisão de medidas concretas, a nível mundial, de modo a minimizar o aquecimento global e o impacto que daí advém. Assim como, no desenvolvimento de programas de educação e sensibilização para as alterações climáticas, promovendo a literacia ambiental e climatológica no nosso território. Referiu, ainda, que se deve preparar o concelho de Tondela, elaborando um plano local estratégico de adaptação para a mitigação e adaptação climática que contribuirá para aumentar a resiliência e a capacidade de resposta do nosso município. E, lançou o desafio à Camara Municipal e aos Membros da Assembleia para que assumam o compromisso na preservação do meio, agindo individualmente na prevenção ambiental, para evitar uma catástrofe climática e para



contribuir no processo de discussão e implementação de uma política ambiental em sintonia com as demais políticas públicas ambientais de âmbito regional, nacional e internacional. (anexo 1)

De seguida, o senhor presidente deu a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD.

Interveio o membro Francisco Fonseca, frisou a queda do nosso governo e o agendamento de eleições e os interesses partidários que a terão motivado. Manifestou a sua preocupação sobre as continuadas diferenças entre o investimento público no litoral e no interior, com as dificuldades sentidas pelas pessoas para se manterem no interior, nomeadamente, com o fecho de extensões de saúde no nosso concelho, o tratamento diferenciado no acesso a transportes públicos, pois enquanto em Lisboa os passes foram reduzidos, nós no interior pagamos cada vez mais, pois temos de utilizar veículo próprio, os problemas com o IP3e os constrangimentos de quem por motivos de doença e tem tratamentos em Coimbra, necessita de a usar com frequência.

Referiu este é o estado que a geringonça nos levou, preferindo investir em metros, aeroportos preterindo o interior.

Terminou desejando que o governo que for eleito a 30/01/2022 mude o paradigma que nos está a suprimir. Portugal não é definido por onde há mais votos. Portugal são 18 distritos, 308 municípios e 2 arquipélagos. E o interior é um território por explorar e por valorizar. (anexo 2)

Seguidamente, interveio o membro Guilherme Duarte, frisou a falta da coesão territorial, dos problemas demográficos e do investimento público no interior. No entanto, Tondela tem gerado emprego devido ao forte investimento privado, no reforço em dar condições físicas e estruturais na área da educação. Referiu que Tondela hoje tem a necessidade de mais resposta habitacional, e isto são motivos fortes e suficientes para atrair e fixar pessoas.

Referiu-se aos fundos europeus, que deverão ser destinados ao reforço da mobilidade local (o projeto IR e Vir em articulação com a CIM, já foi um passo), dos transportes públicos, das infraestruturas desportivas locais, nos apoios ao desenvolvimento ambiental sustentável, na economia circular, no ambiente, na formação profissional e científica e na promoção e comercialização de produtos endógenos. Não esquecendo a implementação de modelos de investimento local estruturados e eficientes para a atração de jovens licenciados e massa crítica, para que Tondela possa também crescer e se tornar atraente no desenvolvimento científico e tecnológico.



Por fim, frisou temos de ambicionar mais, pelo futuro das gerações, temos a necessidade de continuar a apostar na criação de infraestruturas desportivas diferenciadas, apostar numa maior ligação e aproximação ao movimento associativo, na contínua aposta de atividades de bem-estar e saúde e para importância do ensino Profissional e a sua ligação com as empresas. (anexo 3)

Continuou, o membro Marta Antunes, no âmbito da população envelhecida e da preocupação com o acesso os cuidados de saúde primários. Referiu que este governo se esqueceu do interior, dos problemas com encerramentos de extensões de saúde, tendo que ser substituído pelo poder local, questionando onde está o SNS? Não é desta forma que se contribui para fixar pessoas no interior.

Manifestou preocupação com a inoculação da 3ª dose da vacina contra a Covid-19. Fez um agradecimento público a autarcas, profissionais de saúde e a todos aqueles que se empenharam na luta pelo centro oncológico para a nossa Região. Desejou que este centro veja a luz do dia candidatando-se aos fundos comunitários para a sua construção.

De seguida, referiu-se, às alterações climáticas e questões associadas e que o município de Tondela foi um dos municípios pioneiros num projeto que há cerca de três anos, com o desenvolvimento de Planos de Ação para as Alterações Climáticas, que, entretanto, todos os municípios da CIM aderiram. Destacou o desequilíbrio de políticas públicas entre o investimento na descarbonização, através do fundo ambiental nas grandes cidades e no interior. Defendeu a necessidade de diminuir a impermeabilização de solos.

Por fim, referiu que após os incêndios de 2017, não foi aproveitada pelo ICNF e pelo Plano Regional a oportunidade de efetuar um ordenamento florestal mais adequado. Disse que todos são responsáveis, sob pena de aqueles que menos poluem serem os mais penalizados, tal como acontece à escala mundial. (anexo 4)

PERIODO DA ORDEM DO DIA

2.1. Análise, discussão e votação da revisão do regimento de funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela para o mandato de 2021/2025

O senhor presidente da Assembleia Municipal fez uma breve referência, sobre o decorrer dos trabalhos de elaboração da revisão do regimento. Começou por agradecer



aos partidos o espírito construtivo, eficiente e organizado com que participaram nas duas reuniões, assim como à Câmara Municipal, na pessoa do senhor presidente, a forma como interagiu e contribuiu para o decorrer dos trabalhos. Referiu que tiveram como base de trabalho, os regimentos de assembleias anteriores, sendo que as alterações fundamentais baseiam-se em essencialmente: composição da nova assembleia municipal, com a atribuição dos respetivos tempos de intervenção, assim como atribuição de tempo de intervenção à câmara municipal; reforço dos meios de informação e relação com os munícipes; disponibilização de instalações para a assembleia, disponibilizadas pela câmara municipal para que os membros da assembleia possa receber os munícipes; possibilidade de transmissão online das reuniões de assembleia municipal no site e nas redes sociais, e o enquadramento da assembleia dos jovens.

O membro Carlos Amaral interveio deixando algumas considerações e agradecimentos à comissão de trabalho de alteração do regimento, que funcionou com grande elevação e desejando que as assembleias municipais sejam regidas pelos mesmos princípios e espírito de elevação.

No que respeita às alterações ao regimento, referiu que o propósito das mesmas é criar uma maior proporcionalidade com espírito de debate, princípios orientadores da democracia, nomeadamente os limites de tempo das intervenções promovendo assim uma maior eficiência das declarações e das respetivas respostas.

Referiu ainda que, a transmissão online das assembleias é uma forma de promover e facilitar a divulgação dos assuntos a todos os munícipes do concelho.

Notou ainda que, a assembleia para os jovens é um ponto essencial, na medida em que promove a sua participação cívica, merecendo a introdução deste ponto um louvor especial.

Deixou uma nota final, agradecendo e relembrando que a democracia funciona com o contributo de todos.

O membro Helena Coimbra fez uma breve nota sobre o trabalho desenvolvido pela comissão de alteração ao regimento, dizendo que funcionou da forma profícua, com facilidade no diálogo e procura de soluções para que a assembleia possa funcionar de forma mais eficiente e útil tanto para os membros, como para os munícipes. Referiu que o regimento está agora muito mais equilibrado.

Fez notar que, os membros dessa comissão em representação do Partido Socialista, levantaram uma questão, em proposta de alteração, que se prendia com a



intervenção dos independentes na assembleia municipal por entenderam ser útil a sua participação, proposta essa que não passou, e aceitam a decisão, mas reitera a ideia de que teria sido útil prever a intervenção de independentes.

Disse que o senhor presidente da Mesa referiu que a ata não passará a conter uma transcrição integral das assembleias, uma vez que existe o formato digital, mas referiu que as declarações de voto devem constar integralmente, no texto das atas, pela sua utilidade aos munícipes que ainda não dispõem de meios digitais. Manifestou ainda a utilidade de as atas constarem tudo quanto se passou, designadamente mencionarem os membros presentes e ausentes, informação necessária decorrentes da Lei.

O senhor presidente da mesa, respondeu à senhora deputada Helena Coimbra, esclarecendo que as declarações de votos têm que constar da ata, sejam elas feitas oralmente, em forma escrita, ou pela solicitação de algum membro da assembleia municipal ter a pretensão de juntar alguma declaração escrita, ou oral. Sugeriu que fosse elaborado um resumo dos pontos essenciais, com a ressalva de que, qualquer dos membros possa solicitar a transcrição da sua intervenção, ou pontos da declaração no texto da ata.

O membro Rui Santos sugeriu que em relação às declarações de voto, poderiam ser incluídas no regimento fixando um prazo limite para a entrega das mesmas.

O senhor presidente da mesa, fez uma proposta de alteração ao art.º 34 do regimento, inserindo no nº1 ou em número autónomo o seguinte texto, *“os membros da assembleia municipal podem fazer constar da ata uma declaração de voto oral ou escrita, a entregar nos serviços, no prazo de cinco dias úteis”*

Colocado à votação o regimento foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.2-. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da Câmara apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 5 e 6), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de setembro até à presente data.

Seguidamente, o membro Nelson Martins que apresentou os problemas de saneamento, acompanhado pela visualização de fotos, na Rua da Baganha, Calvário, Lageosa do Dão e colocou as seguintes questões ao senhor presidente da Câmara:

a) - Como se permite uma rede de esgotos assim, incompleta, descarregando “a céu aberto” para terrenos florestais e agora para a valeta? – o projeto foi assim aprovado?

b) - Como se autoriza (ou permite) a ligação de esgotos domésticos a esta mesma rede?

c) - Como tem persistido esta situação ao longo dos anos, sem que as entidades responsáveis, CM Tondela e também a JF Lajeosa do Dão como primeira interessada, se mostrem dispostas à resolução definitiva do saneamento da Rua da Baganha?

Referiu que em 2012 os então Presidentes da CM Tondela e da JF Lajeosa do Dão, que não a desconheciam, foram alertados para a gravidade da situação.

Por fim, solicitou que o sr. Presidente da Câmara inclua a conclusão do saneamento desta rua nas GOP e no Orçamento de 2022. do saneamento da Rua da Baganha, na Lageosa do Dão seja incluída nas Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022. (anexo 7)

O membro Rui Santos, seguidamente interveio, começando por referir, ao senhor presidente da câmara, que a carência de mão de obra e de matéria prima abrange todas as obras, não são só as da Câmara Municipal, mas que também são abrangidas as do Governo, das empresas e dos privados e que muitos estão a lutar com essas dificuldades. Disse que é um problema que está a afetar todos os sectores. Lembrou que em assembleias anteriores já tinha referido este problema da escassez de mão de obra, e que do seu ponto de vista, o país deveria ter uma política de incentivo à emigração, de modo



a colmatar o problema, para que se possa executar todos os projetos, incluindo os de financiamentos comunitários. Disse que apesar de existir subsídios e apoios à natalidade, estes não são suficientes para repor a capacidade produtiva, pelo que tem de existir outras soluções e iniciativas.

Referiu que de acordo com o relatório financeiro enviado, verifica que a execução de capital quer na receita como na despesa continua baixa, rondando os 40%. Disse que a execução da receita de capital ronda os 9 000 000€, sendo que cerca de 7 700 000€ são provenientes de gerência transitada, o que leva a concluir que as receitas provenientes da execução de projetos apoiados por fundos comunitários, têm pouca faturação. Deste modo, referiu que a posição do Partido Socialista, que não são contra que se façam projetos, mas não consideram que a obra referida pelo senhor presidente, a estrada que vai da rotunda de Nandufe à Zona Industrial do Lajedo seja uma obra prioritária. Obra que vai ter um valor superior a 8 000 000€, quando se verifica que num ano a execução de capital é pouco mais de 8 000 000€, não entende porque é que a obra é prioritária.

Contudo, saudou a conclusão e finalização da ligação pela Ribeira para a Zona Industrial do Lajedo, atendendo que existe um estrangulamento dentro da povoação da Ribeira, que não é de fácil resolução, com a correção dos pavimentos e valeta, irá servir durante muito tempo. Referiu que enquanto a relação de execução de grandes projetos no concelho, como é o caso da pretensa da nova ligação viária, e o resto das obras do concelho forem a que existe no momento, não consideram aceitável.

Disse que de acordo com o exposto no relatório financeiro, nos compromissos plurianuais, o apoio à obra da IPSS do Vinhal, que totaliza de 1 00 000€, está definido que em cada ano haverá um apoio de 250 000€, contudo no ano de 2024, estão referidos duas vezes os valores de 250 000€, pelo que questionou o motivo.

O membro Márcio Santos, manifestou as suas preocupações e colocou diversas questões sobre o processo da delegação de competências no domínio da educação.

Referiu que as autarquias locais foram essenciais na expansão da rede nacional da educação pré-escolar, na construção de centros escolares dotados das valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na organização dos transportes escolares e na implementação da escola a tempo inteiro, respostas que concorrem decididamente para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Incluindo o investimento que tem

feito nos transportes escolares que com o alargamento da escolaridade obrigatória para o ensino secundário e muito bem, mas o governo manteve o financiamento do transporte escolar apenas no 3º ciclo.

Colocou as seguintes questões:

- Como irá decorrer este processo no nosso território?
- Que impactos terá para o Município de Tondela?
- Como foram salvaguardados os interesses do Município?
- Que encargos trará?
- Ficam salvaguardados todos os investimentos necessários?
- Como ficam, por exemplo, os Assistentes Operacionais que diariamente zelam pelos nossos alunos e pelas escolas de uma forma inexcedível?
- Qual será a situação dos restantes técnicos, agentes educativos, docentes e não docentes no meio de todo este processo?
- Por falar em escolas, qual o modelo de financiamento negociado para a transferência do edificado e do respetivo apetrechamento?
- Como será monitorizada esta transferência de competências?

Terminou referindo que gostava que o sr. Presidente da CMT nos pudesse dar algumas ideias do trabalho desenvolvido nesta matéria tão emergente. (anexo 8)

O membro Vera Machado tomou da palavra, e realçou a importância pelo facto de continuarem em execução diversas obras nas freguesias, volvidos dois meses das últimas eleições autárquicas, algumas com atrasos devido à escassez de matérias-primas e recursos humanos. Realçou que o Centro Tecnológico, a Frente Ribeirinha, as expansões das zonas industriais continuam em andamento, consolidando uma estratégia de desenvolvimento cujos frutos continuam à vista de todos.

Referiu a importância vital para o concelho a realização de diversas atividades realizadas, neste cenário pandémico, nomeadamente, Caramulo Motor Festival, o Festival de Teatro Internacional realizado pela Acert. Já temos torneios da sueca e magustos, o público voltou ao futebol, vamos inaugurar sábado uma exposição no Mercado Velho, tudo isto são pequenos exemplos de um regresso ansiado, ainda que com cautelas porque o vírus não foi erradicado.

Por fim, questionou o Senhor Presidente sobre a utilização do Projeto Ir e Vir, se tem tido adesão, se já há alguns números sobre a sua utilização e quais as povoações que têm tido mais passageiros? (anexo 9)

O senhor presidente da Câmara respondeu às várias intervenções.



Ao membro Nelson Martins, disse que recuando ao ano de 2012, à época Lajeosa do Dão tinha um conjunto de pequenas “ETAR’S”, cuja prioridade foi resolver a questão estrutural. Referiu que havia uma ETAR, junto à rua da Nogueira que não possuíam título de licença de utilização de recursos hídricos. Disse que havia uma ETAR no Vinhal, com poços absorventes, assim como em Teomil. Referiu que não havia rede de saneamento no Corujeiro e numa boa parte de Sangemil, que tinha um coletor junto ao Rio Dão para onde desaguava. Referiu que foi efetuado um grande investimento, com a construção da ETAR, localizada entre Corujeiro e Sangemil, que através de um sistema de estações elevatórias passou a convergir toda a rede de saneamento para essa unidade de tratamento. Frisou que foi feito também um emissário a partir do Calvário para a estrada de Ferreiros do Dão, que converge no sentido do Vinhal. Disse que um número significativo das habitações que drenavam para a Rua da Baganha passaram a ter condições gravíticas para ligar ao novo emissário. Reconheceu desconhecer às situações apresentada, mas referiu que vai solicitar ao serviço competente a verificação da situação, e disse que existe 4 /5 casas que estão a drenar para a referida caixa na Rua da Baganha, não têm condições gravíticas para ligar ao emissário na rua principal de acesso ao Calvário. Admitiu que este é um problema, que tem de ser resolvido, mas que nada é comparável com o que anteriormente existia.

Ao membro Rui Santos, esclareceu que existe um erro no documento, que é referente os apoios à IPSS do Vinhal, são um de 250 000€ para 2024, e outro de igual montante, para 2025.

Demonstrou a sua preocupação pela baixa a execução orçamental, referindo que a mesma é evidenciada na 4ª modificação objetiva presente nesta assembleia, atendendo que um conjunto de obras que deveriam estar a ser concluídas em 2021 e que vão transitar para 2022 por causa da sua não execução. Exemplificou com a empreitada de requalificação da USF Tondela, em que o procedimento ficou deserto, assim como as empreitadas do Polo do caramulo e da Escola Básica de Campo de Besteiros, que tiveram de ter incremento de valores, de modo a poderem ser novamente lançadas a concurso. Disse, ainda que algumas obras como é o caso da USF Canas de Santa Maria e CRO, em que os empreiteiros têm poucos trabalhos realizados. Relativamente ao Centro Tecnológico, disse que a obra tem avançado, mas que falta faturar cerca de 1 000 000€. Referiu várias empreitadas com atrasos significativos, como é o caso: empreitada da Zona Ribeirinha, ETAR da ZIM do Lajedo, obras de pavimentações a várias localidades, requalificação urbana do Caramulo, Termas de Sangemil, que

somadas ascendem a 10 000 000€ e que vão transitar para 2022. Pelo que disse, que não se tratava de indecisões políticas, falta de vontade política ou falta de financiamento, tratava-se sim de capacidade produtiva.

Em relação à questão de delegação de competência no domínio da educação, afirmou que os únicos recursos humanos que vão ser deslocalizados, e passarão a integrar o quadro do município são assistentes operacionais e assistentes técnicos. Disse que os 160 funcionários atualmente existentes, foram calculados com base em rácios, pelo que vai haver necessidade de mais recursos humanos a colocar em várias escolas, custo a suportar pelo município. Referiu que atendendo que o concelho tem dois agrupamentos, pode haver necessidade de mobilizar recursos humanos de um para outro, mas tal só se concretizará se houver vontade do funcionário.

No que respeita a financiamentos, referiu que as escolas vão continuar a ter os seus orçamentos para matérias de âmbito pedagógico, que para apetrechamento de laboratórios ou de âmbito informático, são da responsabilidade do Ministério, o município vai fazer a monitorização de gestão corrente, nomeadamente fornecimento de energia, água, consumíveis de limpeza, o que implicará uma boa relação com os diretores dos agrupamentos. Disse que por cada edifício que passará a integrar no património, receberá 20 000 00€, para a sua gestão e manutenção corrente e que caso haja necessidade de obras de requalificação, deverá o município candidatar-se a programa que possam surgir.

Ao membro Vera Machado, disse que o “Ir e Vir” se trata de um projeto piloto, que está neste momento a servir São João do Monte, Caramulo, Campo de Besteiros, principalmente no acesso a serviços de saúde, mas que nada impede o recurso para outros serviços. Referiu que o grau de adesão é ainda reduzido, se bem que o concelho de Tondela é o que tem a adesão mais expressiva.

Referiu ainda a retoma do Movimento associativo é o garante da coesão territorial.

2.3. Análise, discussão e ratificação do protocolo de cooperação celebrado entre os municípios aderentes e a Aintar

O senhor presidente da Câmara efetuou um pequeno enquadramento, no qual referiu que os municípios, Tondela, Carregal do Sal, Santa Comba Dão e Tábua se agregaram e constituíram uma associação, porque no atual Quadro Comunitários, foram definidas regras ao POSEUR, em que municípios com menos de cinquenta mil habitantes, para

poderem concorrer a financiamento de sistemas de águas residuais e/ou abastecimento, tinham de ter dimensão. Explicou ainda que, numa primeira fase, do atual Quadro Comunitário, os municípios podiam-se candidatar sozinhos, tendo o Município de Tondela candidatado várias obras, que tiveram financiamento.

Referiu que esta associação intermunicipal, detida a 100% por municípios, com gestão pública, apresentou uma candidatura ao POSEUR. A candidatura inicial para o concelho de Tondela apresentava três sistemas em alta (ETAR – Unidades de tratamento), que integrava as obras de: requalificação da ETAR Sul Molelos-Tondela, que inclui a requalificação da ETAR de Molelos e uma estação elevatória para resolver a povoação de Ermida; o designado sistema Norte, que incluirá uma estação elevatória em Parada de Gonta, outra antes de Sabugosa, que drenará graviticamente até à ETAR de Sabugosa de Baixo, que será requalificada, drenando tudo para a ETAR de Tondela, assim como, serão desativados os sistemas de Lobão da Beira, que passarão a ser bombeados e depois graviticamente até à ETAR Tondela; e a terceira grande obra, o designado sistema Corveira, para resolver as situações de Cortiçada, Múceres e Corveira.

Referiu que a candidatura ao POSEUR teve um valor de financiamento de 4,8 milhões de euros para todos os municípios, em que numa primeira fase permitia um financiamento de cerca de 70% das obras. Disse que em abril de 2021, foram iniciados os procedimentos concursais, e, verificou-se que os valores previstos anteriormente, estavam longe dos valores a adjudicar, atendendo ao aumento de preços, pelo que a AINTAR decidiu mandar reavaliar os projetos, de modo a verificar se os valores anteriormente definidos, tendo concluído a necessidade de incremento de despesa. Face aos novos dados, disse que os municípios decidiram que uma das obras, de cada concelho, seria submetida a nova candidatura, quando tal ocorresse, sendo no caso de Tondela a obra de financiamento mais baixo, o sistema Corveira. Referiu, ainda, que atendendo a que a taxa de financiamento comunitária passaria a cerca de 40%, a parte remanescente deveria ser suportada por cada um dos municípios, por isso foi decidido deliberar uma contrapartida municipal, cabendo ao município de Tondela o valor de 3 456 606,43€. Informou que quando as obras estiverem em condições de serem adjudicadas, a AINTAR submeterá um pedido de empréstimo, ao BEI (Banco Europeu de Investimento), para o devido financiamento, de modo a desonerar cada os municípios.

O membro Rui Santos, de seguida, tomou da palavra, para referir que o Partido Socialista iria votar favoravelmente a ratificação do protocolo e que sempre foram a favor da AINTAR. Justificou terem votado contra os estatutos da AINTAR, por razões relativas aos tarifários.

De seguida manifestou-se surpreso, por este ponto estar a ser discutido, atendendo que não se apercebeu que o documento de apoio tivesse sido enviado, achando que o assunto iria ser retirado da Ordem de Trabalhos, contudo pediu desculpas, caso houvesse uma falha da sua parte.

O senhor presidente da Mesa disse que no caso concreto, a deliberação de câmara ocorreu no mandato anterior, em setembro, tendo o envio sido efetuado aquando da convocatória. De seguida, reforçou a necessidade de criação de uma pasta partilhada, por todos os membros, para colocação de todos os documentos a submeter a deliberação da assembleia.

O membro Mariana Fidalgo salientou a importância da constituição da associação de municípios AINTAR, “Associação de Municípios de águas residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela”, constituição decorrente da imposição dos avisos que introduziram critérios de elegibilidade que limitavam aos concursos POSEUR. Referiu que entre os critérios evocados nos avisos, a densidade populacional e a área do concelho, não permitia que o Município de Tondela, isoladamente, concorresse aos fundos, pelo que teve de se agregar com o município de Tábua, Carregal do Sal e Santa Comba Dão.

Realçou as vantagens obtidas com esta agregação de municípios, nomeadamente na eficiência ao nível da gestão interna, ao nível financeiro e económico, redução dos custos de exploração e manutenção de todo o sistema intermunicipal. Desta forma, disse que é possível que se verifique a aplicação de uma tarifa média mais reduzida, e questionou o senhor presidente da Câmara sobre a concretização de tal redução. Reafirmou a importância da AINTAR na obtenção de financiamento para a realização de investimentos importantes no concelho de Tondela.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente à intervenção do membro Mariana Fidalgo, disse, com base no estudo económico-financeiro, para o período do ciclo de investimentos, não terá no caso de concelho de Tondela, grandes incrementos. Terá alguns ajustamentos, mas não incrementos. Referiu ainda que a nova estrutura tarifária atualmente não tem uma componente fixa e outra variável, como recomendado pela ERSAR, mas que passará a ter, quando a gestão passar a ser feita pela AINTAR.



Colocado à votação o protocolo foi ratificado por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Análise, discussão e votação de aditamentos de contratos interadministrativos

Não houve intervenções.

Colocado à votação os aditamentos dos contratos interadministrativos foram aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5. Análise, discussão e votação da fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

O senhor Presidente da Câmara sugeriu fazer uma abordagem à política orçamental envolvendo os três pontos (IMI, IRS e Derrama) respondendo depois, se dúvidas houver, em concreto a cada um deles.

Relativamente ao IMI, disse que o Município de Tondela tem a menor taxa possível que a Lei permite, 0,3% para prédios urbanos e 0,8% para prédios rústicos. Contudo, referiu que os coeficientes de localização são importantes na determinação do valor tributável, e que no concelho de Tondela estes têm uma componente solidária, porque a mesma habitação edificada no Guardão ou no centro de Tondela, tem uma diferença de IMI de 60% sendo o valor mais alto para Tondela e mais baixos às zonas mais afastadas. Referiu que a proposta refere uma triplicação para prédios em ruínas ou devolutos, que se encontram identificados pelas juntas, pelos serviços de fiscalização ou pelos próprios proprietários, reconhecendo que existe muitos mais no concelho que não estão identificados.

Em relação à derrama disse que a proposta mantém a aplicação de 1,5% sobre o lucro tributável de IRC das empresas. Referiu que é uma receita expressiva, daí a importância de promover as Zonas Industriais e os respetivos acessos, pois são esses empresários que em grande parte pagam derrama, e como se verifica, não é a aplicação desta taxa que afasta a atração ao investimento. Frisou que os empresários reconhecem que se lhes forem dadas as condições adequadas de infraestruturas, acessos, qualificação, é justo o pagamento de um imposto se isso convergir para a melhoria do parque industrial e das infraestruturas públicas.

Por fim, no âmbito da participação no IRS, lembrou que no ano passado foi introduzido uma devolução de 20% do IRS, objeto de receita do município. Disse existir um paradoxo, pois porque é que não é igualmente possível existir devolução por parte do poder central nos 95% da sua receita, sendo que a Lei só permite devolução nos 5% que cabe aos municípios. Informou que a receita arrecadada do município é cerca de 850 000€, em anos normais, o que não vai ser o caso de 2021. Disse, ainda, que esta participação no IRS tem impacto sobretudo em famílias de maior rendimento, uma vez que os salários até cerca de 800€ não pagam IRS, pelo que o impacto da devolução será para famílias de maior rendimento. Reforçou a ideia de que o valor da participação no IRS é mais importante para aplicação de caráter social, exemplificando a importância de nenhum aluno pagar transportes sociais.

O membro Helena Coimbra referiu que relativamente à Derrama, que concordam com a proposta apresentada.

Quanto ao IMI, disse que relativamente à taxa a aplicar de 0,3% para os prédios urbanos e de 0,8% para os prédios rústicos, nada tem a dizer, pois é a taxa mínima que a Lei permite.

Relativamente à triplicação dos prédios devolutos e em ruínas, considerou a listagem que acompanha a deliberação e que identifica os prédios nessa situação, não demonstra universalidade e é bastante deficitária, verifica-se que a mesma é feita com base em denúncias, quer seja de particulares, quer seja das respetivas juntas de freguesa. Afirmou que não é através de uma norma punitiva que se vai incentivar as pessoas a investir.

Referiu que de acordo com a intervenção do senhor presidente da câmara, no ponto das atividades da câmara, disse existir uma estratégia local, com estudos feitos para uma possível candidatura ao IRHU, pelo que defendeu que a tripla taxação fosse concertada a montante, com a possibilidade de reabilitação, com um estudo sério sobre o que realmente é devoluto e em ruínas e que possa ser recuperado em termos de património municipal e não a aplicação de uma taxa punitiva que nada vai ser útil em termos de recuperação de imóveis.

Sugeri a fixação de um grupo de trabalho, envolvendo as freguesias, para fazer um levantamento exaustivo de todas as situações existentes, e perceber quais são as que poderão integrar em Área de Reabilitação Urbana, agregando freguesias, caso haja situações de prédios que são confinantes, mas que podem ser de freguesias diferentes.

Neste sentido, disse que irão votar contra a taxação tripla dos prédios considerados em ruínas ou devolutos, por considerem a listagem apresentada bastante deficitária, provocando critérios de desigualdade.

O membro Vera Machado, disse que nesta sua intervenção iria falar sobre os três impostos.

Quanto ao IMI, referiu que o executivo municipal liderado pelo PSD mantém, e bem, as taxas no mínimo quer no que concerne aos prédios urbanos, quer rústicos e que é de elementar justiça social, concordando também com a majoração em 3 vezes sobre prédios devolutos e em ruínas. Neste caso, considerou que há um caminho a percorrer. Não concordando com os argumentos da oposição.



Quanto ao IRS defendeu contrariamente à posição do Partido Socialista a aplicação da referida taxa. Sublinhou que uns euros a famílias que têm bons rendimentos ao serem devolvidos, poderão por em causa menos apoios às IPSS nas escolas e idosos.

Porque a Social Democracia defende por uma questão de equidade, redistribuição de rendimentos, apoio a quem mais necessita, defende políticas públicas onde a escolha por ofertas de serviços públicos de qualidade deve ser universal e não apenas para aqueles que têm maiores rendimentos, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente a proposta do IMI, Derrama e IRS.” (anexo 10)

O membro Rui Santos propôs ao senhor presidente da mesa que o ponto referente ao IMI fosse votado alínea a alínea, bem que a proposta seja uma. Disse que relativamente à aplicação do valor mínimo, não há contestação, mas no que concerne à taxa tripla, para os prédios devolutos e em ruínas, a proposta não é consensual. Referiu que a questão legal que permite a fixação da tripla taxa, foi pensada para municípios grandes como é o caso de Lisboa e Porto e não para municípios mais pequenos, tendo o objetivo sido evitar a especulação urbana e dificultar a oferta de habitação.

Em relação aos argumentos apresentados pela senhora deputada Vera Machado, admira-se de no ano passado a Câmara tenha proposto a redução de 1% da participação variável do IRS, quando em anos anteriores sempre recusaram as propostas apresentada pelo Partido Socialista. Questionou se Tondela só quer atrair as pessoas com salário até 800€, e que não paguem IRS, ou quer atrair toda a gente. Referiu que o montante global é simbólico e que pode funcionar como fator atrativo para o município, afastando igualmente, a ideia de que o montante tem impacto significativo nos apoios sociais do município.

O senhor presidente da assembleia municipal esclareceu que efetivamente, o ponto que refere o IMI tem três alíneas, pelo que é legítimo a solicitação que seja votado cada uma em separado, pelo que referiu que a votação será feita alínea a alínea.

O senhor presidente da Câmara referiu que a estratégia local de habitação tem identificado um conjunto e habitações que reúnem os critérios para apoio à requalificação de habitação permanente, não abrange prédios devolutos ou em ruínas não habitados.

Colocado à votação a proposta de fixação de taxa de IMI para os prédios urbanos foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo



Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Colocado à votação a fixação de taxa para os prédios rústicos foi aprovada unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Colocado à votação a majoração dos prédios devolutos ou em ruínas foi aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues, Fernando Silva, Ana Maria Duarte, Mário Simões, Vítor Mota, e Paulo Dinis Votaram a favor os membros: António Leitão, Márcio Santos, Vera Machado, Alfredo Leitão, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.



2.6. Análise, discussão e votação da fixação da Participação Variável no IRS

Colocado à votação a proposta de fixação de participação variável no IRS foi aprovada por maioria com votos contra dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues, Fernando Silva, Ana Maria Duarte, Mário Simões, Vítor Mota, e Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António Leitão, Márcio Santos, Vera Machado, Alfredo Leitão, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

O membro José António Matos efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Fixação da Participação Variável no IRS referente a 2021

Declaração de voto

O Partido Socialista há muito que tem vindo a defender uma redução significativa no IRS, diminuindo dessa forma a carga fiscal sobre os munícipes do Concelho da Tondela.

Estamos conscientes que este desagravamento fiscal, se por um lado produz um aumento do rendimento disponível das famílias, por outro reduz a receita do Município.

O n.º 4 do artigo 26.º da Lei 75/2013, diz que os municípios podem abdicar, no todo ou em parte, dos 5% de IRS liquidado pelos contribuintes.

Entendemos, como os vereadores eleitos pelo PS, que a Câmara Municipal da Tondela deve, também ela, contribuir para o desagravamento da carga fiscal dos seus Municípios, acompanhando aquele que tem sido o esforço do governo central.

Assim, e considerando que a importância a devolver tem de deixar um sinal claro de incentivo à fixação, propusemos que fosse devolvido 1,5% do IRS liquidado no ano de 2022 e, nos anos subsequentes fosse aumentado, anualmente, esse montante em 0,5%, de forma a que no fim do presente mandato, se obtivesse uma devolução de 3%, um esforço que achamos perfeitamente possível e ao alcance do Município.

Acreditamos que este desagravamento fiscal contribuiria para o aumento da atratividade demográfica, situação que não é de todo indiferente para o nosso Concelho, uma vez que, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a



população residente no Concelho entre 2011 e 2021 reduziu-se em cerca de 3.000 habitantes, em contraciclo com a criação de muitas centenas de postos de trabalho.

O Partido Socialista acredita que o rendimento disponível contribui para o bem-estar dos cidadãos e das suas famílias e para o desenvolvimento do comércio local, cabendo ao Município compensar a perda desta receita através de uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Análise, discussão e votação da fixação da Derrama

Colocado à votação a proposta de fixação de derrama foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Análise, discussão e votação do tarifário de RSU e saneamento

O senhor presidente da Câmara disse que a competência do tarifário é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara. Referiu que as tarifas em vigor de saneamento e RSU são as mesmas desde 2012, e que embora não haja alteração nos valores, têm de ser deliberados pelos órgãos competentes, para de seguida ser comunicada a ERSAR.

Disse que estamos num período de transição, e que brevemente a AINTAR terá de pedir à assembleia municipal, o alargamento do período de transição, para o ano de

2022. Referiu que a atual estrutura tarifária tem de ser ajustada brevemente para ter, no caso das águas residuais, uma componente fixa e uma componente variável. Em relação aos resíduos, disse que o desafio é maior, pois existe muitos municípios, que embora utilizando o serviço de recolha e tratamento de RSU, não têm ligação à rede de água, pelo que não pagam a respetiva tarifa de RSU. Referiu, ainda que já se tentaram vários mecanismos, através da EDP ou de outras entidades, por forma a promover o pagamento universal da tarifa.

O membro Rui Santos disse que o Partido Socialista se iria abster na votação, porque consideram que a fixação das tarifas ou preços de prestação de serviços são competência da câmara municipal, de acordo com a alínea e) do número 1 do artigo 33º, da Lei 73/2013, e, referido pela ERSR, aquando da emissão do parecer, dos estatutos da AINTAR, mas saúda o facto da câmara ter feito chegar a informação à Assembleia Municipal.

Lembrou que de acordo com os estatutos aprovados para a AINTAR, a competência de aprovação das tarifas compete à Assembleia Geral da Associação, motivo que levou a que o PS votasse contra.

Disse que a segunda razão para se absterem, é o facto do pagamento não ser universal para quem utiliza o serviço, mesmo que conste um valor definido para quem não tem ligação à rede pública de água, mas que não é concretizado, pelo que já é tempo de encontrar uma solução.

O membro Vera Machado sublinhou a informação prestada pelo senhor presidente da Câmara de que as tarifas em vigor de saneamento e RSU são as mesmas desde 2012. Ressalvou as questões levantadas pelo senhor deputado Rui Santos sobre as tarifas passarem para a AINTAR, é uma discussão que tem de acontecer, e quanto aos RSU todos terão a responsabilidade de encontrar soluções para que o pagamento seja universal. Referiu que o PSD votara favoravelmente.

O senhor presidente da Câmara prestou um esclarecimento sobre uma questão levantada pelo senhor deputado Rui Santos, referindo que no caso da AINTAR veio à Assembleia Municipal um estudo económico-financeiro, que inclui a trajetória da estrutura tarifaria para o período de vigência do plano de investimentos. E, o que foi deliberado nesta assembleia foi que se a trajetória tem uma banda de oscilação de 25%, regular-se-á assim a estrutura tarifária na transição para a AINTAR.

Colocado à votação a proposta de tarifário foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques

Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues, Fernando Silva, Ana Maria Duarte, Mário Simões, Vítor Mota, e Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António Leitão, Márcio Santos, Vera Machado, Alfredo Leitão, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de Voto

Tarifário saneamento e resíduos sólidos urbanos

O Grupo dos eleitos pelo PS absteve-se na votação do tarifário proposto para tratamento dos efluentes do saneamento básico e da recolha dos resíduos sólidos na medida em que:

a) Temos dúvidas se a aprovação destas tabelas de preços (ou tarifas) têm de ser submetidas à votação da Assembleia Municipal face ao disposto na alínea e) do nº 1 do Artº 33º da Lei nº 75/2013 conjugado com o Artº 21º da Lei nº 73/2013, ainda que consideremos positiva a prestação desta informação à Assembleia Municipal;

b) Mesmo reconhecendo não ser fácil solucionar o problema da falta de cobrança aos municípios que não tem fornecimento de água do abastecimento público, esse problema já se arrasta há demasiado tempo sem solução, criando uma situação de desigualdade entre os municípios que pagam pelo serviço e os que o usando não fazem qualquer pagamento;

c) Esta situação, que contraria o princípio do utilizador pagador que foi um dos argumentos utilizados na defesa da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Na reunião do executivo camarário, carece de solução rápida que contemple situações de especial carência económicas de municípios que porventura não sejam enquadráveis nos apoios sociais já regulamentados.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia e um suplente para a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a proposta do presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, José Hélder Viegas Alves, como efetivo, e Paulo Roberto Carvalho, presidente da União de Freguesia de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.10. Eleição de um representante das freguesias para o Conselho Municipal de Educação

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do presidente da Junta de Freguesia de Molelos, José António Dias, como efetivo, e Carlos Coimbra, presidente da Junta de Freguesia de Tonda, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.11. Eleição de quatro cidadãos eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação dos cidadãos:

Efetivos - Maria Cristina Marques Ferreira Simões (PSD); Regina Maria Fernandes Coimbra (PSD); Maria Helena Campos Coimbra (PS) e Maria Zita Rodrigues Carvalho Urbano (PS).

Suplentes - Mariana Mateus Fidalgo Simões (PSD), Felisberto Henriques Figueiredo Marques (PSD), Maria da Conceição Ribeiro Gomes (PS) e Mário Barreira Simões (PS).

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor. Caso haja necessidade de se proceder substituição de um membro efetivo, esta deverá ser feita pelo suplente do respetivo Partido.

2.12. Eleição de representante da Assembleia Municipal de Tondela para o Núcleo Local de Inserção;

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do membro Paulo Roberto Carvalho, como efetivo, e do membro Andreia Sousa, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.14. Eleição de 2 representante das freguesias para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação dos presidentes de Junta: Gilberto Oliveira e Paulo Dinis, como efetivos, e Paulo Bizarro e Júlio Pacheco, como suplentes.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.15. Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do presidente de Junta: Pedro Neves, como efetivo, e Gonçalo Pereira, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada por maioria com 37 votos a favor e um voto em branco.

2.16. Eleição de um representante da assembleia municipal para ACES Viseu Dão Lafões

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do membro, Mariana Fidalgo como efetivo, e Fernando Figueiredo, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.17. Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do presidente de Junta: João Paulo Loureiro, como efetivo, e Gilberto Oliveira, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.18. Eleição de um representante das Freguesias para o Conselho Local de Ação Social

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do presidente de Junta: Ana Leão, como efetivo, e Paulo Bizarro, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.



2.19. Eleição de representantes da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento da 2ª Revisão do PDM de Tondela

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do membro, Carlos Amaral, como efetivo, e Guilherme Duarte, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.20. Eleição de dois membros (sendo um presidente de junta) para a Comissão de Toponímia

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação dos membros: Sandra Santos (PSD) e José António Matos (PS), como efetivo, e José António Dias (PSD) e Fernando Silva (PS), como suplentes.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.21. Eleição de um representante para o Conselho Municipal da Juventude

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do membro, Francisco Fonseca, como efetivo, e Marta Antunes, como suplente.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.22. Eleição de um presidente de junta para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local

Foi apresentada à mesa da assembleia, uma lista conjunta, com a designação do presidente de Junta: Ana Leão.

Colocada à votação, por voto secreto, a lista foi aprovada com 38 votos a favor.

2.23 Análise, discussão e votação da alteração à estrutura e regulamento orgânico da Câmara Municipal de Tondela

O senhor presidente da câmara informou que a alteração à estrutura orgânica, se deve ao facto, de anteriormente, os serviços de proteção civil estarem dependentes da equipa multidisciplinar, quando por força do normativo legal, tinha de estar diretamente dependentes do presidente. Referiu que devido a essa correção, se impunha as presentes alterações.

Colocado à votação a alteração à estrutura e ao regulamento orgânico da Câmara Municipal de Tondela foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos

membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.24 Análise, discussão e votação de protocolos a celebrar entre o Município de Tondela e Juntas e Uniões de Freguesia - Saúde em Dia

Não houve intervenções.

Colocados à votação, os protocolos a celebrar entre o Município de Tondela e as Juntas / Uniões de Freguesias do programa “Saúde em Dia” foram aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Márcio Santos, Rui Santos, Vera Machado, Alfredo Cabral, Alfredo Leitão, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.25. Análise, discussão e votação da 4ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2021

O senhor presidente disse que aquando da apresentação das atividades da Câmara referenciou a necessidade de que algumas das obras, que era suposto estarem executadas em 2021, transitarem para 2022 o que implica, em alguns casos, abrir dotação orçamental plurianual para 2022, e que houve necessidade de alguns reajustamentos, como é o caso da Escola Básica 2,3 de Campo de Besteiros, motivo para a elaboração da 4ª alteração orçamental modificativa. Referiu, ainda a necessidade, de introdução de um novo projeto, que se prende com a área de acolhimento de atividades económicas e ambientais no Borralhal e que compreende a área envolvente à instalação do centro de tratamento de RSU, para numa primeira fase se poder concretizar a aquisição de terrenos envolventes e só depois dar andamento ao projeto.

O membro Rui Santos referiu que os eleitos do Partido Socialista se irão abster na revisão orçamental, atendendo que tratar-se de projetos do orçamento em curso e dadas as explicações efetuadas, assim como, do seu ponto de vista, a inscrição “mal definida” de um projeto, que aguarda que seja mais esclarecedor no próximo orçamento e plano de atividades.

Colocado à votação a 4ª alteração orçamental modificativa ao orçamento e grandes opções de 2021, a mesma foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Alfredo Cabral, Marta Marques Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues, Fernando Silva, Ana Maria Duarte, Mário Simões, Vítor Mota, e Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António Leitão, Márcio Santos, Vera Machado, Alfredo Leitão, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Sandra Lourenço, Marta Antunes, João Paulo Loureiro, Adérito Silva, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, José António Dias, Carlos Simões, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.26. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Não houve intervenções.

3-Período aberto ao Público

Interveio o cidadão Joaquim Santos cumprimentando todos os presentes. De seguida, regozijou-se pelo início das obras do centro de recolha de animais (Canil), referiu que é uma pena não ter a dimensão que é desejada, mas espera que sejam concretizados ajustes no final desta primeira fase.

Colocou as seguintes questões ao senhor presidente da Câmara:

Já existe visto do Tribunal de Contas para o empréstimo de 3 milhões de euros, ao qual votou contra no mandato anterior?

A saída da assessora de imprensa causava um constrangimento, por se tratar de interesse público a sua permanência, porque é que lhe foi concedida a licença sem vencimento?

Qual o custo da nova assessora de imprensa, qual o procedimento legal utilizado para a sua contratação, bem como o período de vigência?

Por fim, referiu que não existia nenhum constrangimento para tal procedimento, existe sim como foi no seu caso, ter assuntos para resolver e aguardar dois anos pela decisão e quando é deferido, não há ninguém, para que faça uma requisição, o que espera há dois meses.

O senhor presidente da Câmara respondeu ao cidadão Joaquim Santos, começando por dizer que neste fórum não se integram questões de natureza política ou partidária. Recomendou ao senhor Joaquim Santos a leitura da última ata da Câmara Municipal, para esclarecer as suas dúvidas relativamente à assessora de imprensa. Referiu que nunca o município dificultou os seus colaboradores de dispensa de curta duração. Por outro lado, assegurou que o serviço está assegurado através de uma prestação de serviços de avença, e que promoveu o concurso de reserva de recrutamento para dar suporte à sua função primeira que é o dever de informar.

Relativamente à contração de empréstimo, referiu, que por diversas vezes, enquanto vereador disse erradamente que o empréstimo era para financiar obras de pavimentações. Informou que o empréstimo aprovado pela assembleia se destina a vários projetos de investimento, designadamente: requalificação urbana na vila do Caramulo, requalificação das Termas de Sangemil, PAMUS de Campo de Besteiros e Naia. Disse que por motivos de atrasos no arranque de obras, o mesmo ainda não foi submetido ao Tribunal de Contas, mas que se encontra em condições de ser submetido. Lembrou que o prazo para utilização do empréstimo se inicia após a atribuição dos

respetivos vistos e uma vez que as obras ainda não estão prontas a colocar a concurso, não faz sentido solicitar a apreciação do TC.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente da Mesa foi declarada encerrada a reunião, pelas catorze horas, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:-----

O Presidente: _____

António C. B.

O 1º Secretário: _____

Ilídio S.

O 2º Secretário: _____

Amândio Leão



7/2020

Handwritten signatures and initials.

Grupo Parlamentar Do Partido Socialista

Assembleia Municipal De Tondela

Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

As alterações climáticas há muito que causam um impacto profundo na consciência da humanidade. Com o derretimento dos calotes polares, o aumento do nível do mar global e os eventos climáticos extremos, nenhum país do mundo está a salvo dos efeitos já visíveis das mudanças climáticas.

Construir uma economia global mais sustentável ajudará a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, os grandes causadores das alterações climáticas. É, portanto, extremamente importante que a comunidade internacional cumpra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), assim como as metas de redução de emissões.

Como todos provavelmente devem ter tido conhecimento, decorreu recentemente em Glasgow uma cimeira da ONU, a COP26, que reuniu dirigentes mundiais com vista a chegar a um acordo internacional sobre as alterações climáticas. Muitos podem ter-se questionado sobre o porquê de tanto mediatismo e visibilidade deste evento?

Vamos a factos:

Segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (PIAC), o aquecimento global está a causar cada vez mais alterações, e em alguns casos irreversíveis, nos padrões de precipitação, nos oceanos e nos ventos em todas as regiões do mundo. Na UE e em todo o mundo verifica-se um aumento da frequência e da intensidade de eventos meteorológicos extremos,

como vagas de calor, inundações e incêndios florestais, estes últimos bem presentes na nossa memória pelos piores motivos.

Segundo os cientistas, a melhor forma de salvar o planeta dos efeitos perigosos das alterações climáticas é manter o aquecimento global abaixo dos 1,5 °C. No entanto, com as políticas atuais de alguns países, alguns governados por negacionistas, ignorantes e irresponsáveis, não estamos no bom caminho para atingir esse objetivo, uma vez que a temperatura global está a aumentar.

URGE tomar medidas contra as alterações climáticas! A COP26 reuniu dirigentes mundiais a fim de agirem em conjunto com vista a limitar o aumento da temperatura e as alterações climáticas e um novo acordo global - o Pacto Climático de Glasgow - foi alcançado no dia 13 de novembro. O objetivo é reduzir os piores impactos das mudanças climáticas, definindo a agenda global sobre mudança climática para a próxima década: na redução de emissões, reduzindo a utilização de carvão e financiando os países pobres a lidar com os efeitos da mudança climática e fazer a transição para a energia limpa. Tudo isto para tentar manter os aumentos de temperatura dentro de 1.5 ° C - o que os cientistas dizem ser necessário para evitar uma "catástrofe climática". As promessas atuais, se cumpridas, limitarão o aquecimento global apenas a cerca de 2.4 ° C.

URGE desenvolvermos na nossa comunidade programas de educação e sensibilização para as alterações climáticas, promovendo a literacia ambiental e climatológica no nosso território. Enfrentamos um dos maiores desafios da atualidade, sendo que Portugal está entre os países mais vulneráveis aos seus efeitos.

Desta forma, a qualidade ambiental tem de ser uma prioridade em qualquer modelo de atuação pública, e, em Tondela, concertação e integração rumo à sustentabilidade têm de ser palavras de ordem. O Partido Socialista de Tondela considera que nos últimos anos a ação ambiental levada a cabo pela autarquia ficou muito aquém das necessidades do concelho.

URGE preparar o concelho de Tondela, elaborando um plano local estratégico de adaptação para a mitigação e adaptação climática que seguramente contribuirá para aumentar a resiliência e a capacidade de resposta do nosso

município. Promover a **conservação da natureza**, através da beneficiação e proteção dos valores naturais, sejam a fauna, a flora, os solos, os rios, a montanha, e todos os ecossistemas que garantam saúde pública e ambiental. Para finalizar, lançamos o desafio à Camara Municipal e aos Membros desta Assembleia que assumam o compromisso da preservação do meio ambiente. É essencial que as cidades se tornem protagonistas na resposta aos novos desafios **ambientais!** Através da redução da nossa pegada ecológica, ajudaremos desde já a garantir **um futuro** para os nossos filhos e netos. É preciso agir agora para evitar uma catástrofe climática e cada um de nós pode contribuir para esta causa! Estaremos sempre disponíveis, nesta Assembleia ou na Câmara, através dos nossos Vereadores, para contribuir no processo discussão e implementação de uma política ambiental em sintonia com as demais políticas públicas ambientais de âmbito regional, nacional e internacional.

Assembleia Municipal de Tondela, 26 novembro de 2021

A deputada

Marta Marques





Sr. Presidente, restantes membros da mesa, caros restantes membros da assembleia municipal, srs vereadores, sr presidente do município, público e demais assistentes.

Sendo a minha primeira intervenção nesta assembleia começo por deixar o desejo que este seja um espaço de debate e de elevação para bem dos destinos dos nossos territórios e dos nossos concidadãos.

Mas nesta assembleia municipal, não podia deixar de trazer um interesse maior, que é a queda do nosso governo e o agendamento de eleições.

Não o faço por mera lembrança, mas faço-o para que não caia no esquecimento.

Não caia no esquecimento que passámos 6 anos sobre governação da geringonça que oportunamente, e por interesses partidários, se divorciou.

Passámos 6 anos em que a A1 deixou de ser uma autoestrada para passar a ser uma trincheira vertical no nosso país, que cada vez mais ganha profundidade e largura, aumentando progressivamente as diferenças entre o litoral do nosso país com o nosso interior, que assim provocam constantes dificuldades em as pessoas se manterem do lado de cá.

E sim, esta geringonça foi má para as nossas gentes.!

Esta geringonça permitiu o fecho de extensões de saúde do nosso concelho. Ainda estes dias o vimos. Vários os motivos e as formas de encerramento, mas até quase a nossa urgência se ia, não fosse o nosso município a colocar-se na frente da responsabilização.

Esta geringonça dizia que ia deixar a austeridade a que a direita nos tinha obrigado, mas não, fez o contrário. E quem sofre mais? Nós, pois claro. e todos os dias nos lembramos disso quando vamos pôr combustível no carro. Se em Lisboa os passes foram reduzidos para cativar o voto dos utilizadores, cá, aqueles que nem aquecem nem arrefecem, não têm transportes públicos e ainda tem de levar com esta carga brutal de mais de 60% de impostos dentro de um depósito de plástico do carro.

Mais uma vez, esta geringonça dizia que a chegada ao interior, a Tondela, vindo do Sul, ia ser por autoestrada. Pois é. Hoje a IP3 está mais lavada, mais bonita nuns punhos de kms, mas com a mesma disfuncionalidade e perigo que conhecemos.

Continuam as nossas gentes à espera do início daquilo que diziam que ao dia de hoje já estaria terminado.

E sim, está tudo ligado, é este IP3, com estes 40% de gasolina que metemos no carro, que os nossos mais próximos, que infelizmente todos conhecemos alguém, têm de se ver a ser curados da terrível praga das doenças oncológicas ...em Coimbra! com tratamentos prolongados e caros, deixados muitas vezes em pneus e tempos infinitos de viagens consecutivas. Se nesta viagem seguissem as placas, estariam em Viseu à porta de um matagal inaugurado em 2017 dizendo: aqui vai ser o centro oncológico.

Sim, este é o estado a que a geringonça nos levou. Se a nível nacional não tinha tempo para aqui estar a enunciar, com metros, aeroportos, casos e casinhos, com barreiras à mudança de serviços como o TC para Coimbra, a nível local deixa bem à vista ao que estamos entregues.

Esperemos que o governo que for eleito a 30/01 mude o paradigma que nos está a suprimir. Portugal não é definido por onde há mais votos. Portugal são 18 distritos, 308 municípios e 2 arquipélagos. E o interior é um território por explorar e por valorizar.

Termino como comecei, não o faço por mera lembrança, mas faço-o para que não caia no esquecimento.

Obrigado!

Francisco Fonseca

a novo)
P.
E.
M.

Assembleia Municipal de Tondela

26/11/2021

PPD/PSD

Bom dia a todos/as

Cumprimentos,

Um estudo, com as respetivas conclusões, publicado esta terça-feira, numa plataforma jornalística, com a participação da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, do presidente do Turismo de Portugal, Luís Araújo, entre outras personalidades, afirmava que no presente e num futuro próximo mais de metade dos jovens do designado "interior" pondera mudar-se para o litoral do País, devido às diferentes oportunidades de educação e emprego, referem eles.

Em 2017, o governo criou o designado Programa Nacional para a Coesão Territorial, programa este com o objetivo de promover medidas e ações de implementação, acompanhamento e monitorização de territórios. Volvidos 4 anos percebemos os seus resultados e até agora pouco são perceptíveis ou mesmo visíveis a olho nu. Inclusive, o mesmo estudo que aqui trago, refere que a ideia de interior pode ser mais relevante de ser entendida em função do seu significado emocional do que geográfico.

E aqui, permitam-me que use o nosso concelho, o concelho de Tondela, para dar ênfase e importância a esta teoria, demonstrando por dados objetivos o porquê de sermos interior demográfico e emocionalmente Litoral, se assim quisermos entender a importância do referido.

Tondela hoje gera emprego, na qual a grande fatia advém do forte investimento privado. Tondela hoje aposta na educação, através do reforço e esforço em dar condições físicas e estruturais na área da educação. Tondela hoje começa a acompanhar a necessidade de resposta habitacional, e permitam-me que vos diga, isto são mais que motivos fortes e suficientes para atrair e fixar pessoas, não inventemos modelos base, porque os que dão resultados já foram inventados e são claros aos olhos das instituições e das pessoas.

Sr. Presidente da Camara e senhores vereadores,

Permitam-me também que acrescente, que tudo isto em nada impede de continuar em sermos ambiciosos, de continuar a diferenciarmo-nos perante concelhos com um nível populacional, estrutural e geográfico elevado, inovando e adotando novas estratégias e novas ideias para fixar pessoas.

Como é do nosso conhecimento, estão ao dispor da comunidade uma enormidade de fundos europeus, com fortes apoios no setor da mobilidade, no reforço das infraestruturas desportivas locais, nos apoios ao desenvolvimento ambiental sustentável, na aposta forte em métodos e formas de modelos de economia circular, na

formação profissional e científica adequada às necessidades locais como também na promoção e comercialização de produtos endógenos, entre outros mais aspetos.

Mas permitam-me que sobressaia estes, de forma poder apelar ao reforço e à persistência em matérias que julgo essenciais;

Sr.Presidente:

Olhemos para a mobilidade local, o projeto IR e Vir em articulação com a CIM já foi um grande passo, mas peço que se reforce a necessidade de implementação do modelo de mobilidade de transportes públicos rodoviários.

Sr.Presidente:

Olhemos para um desenvolvimento equilibrado e sustentável, para o estudo e aplicação de modelos de economia circular associados por exemplo, às cadeias empresariais existentes, a questões associadas à qualidade de vida e do meio ambiente , à continuidade no reforço de zonas pedonais e zonas verdes, à continuidade no reforço das acessibilidades às nossas freguesias e aos nossos serviços, à capacidade de implementação de modelos estruturados e eficientes na atração de jovens licenciados e massa critica, para que Tondela possa também crescer e se tornar atraente no desenvolvimento científico e tecnológico.

Sr.Presidente:

Olhemos para necessidade de continuar a apostar na criação de infraestruturas desportivas diferenciadas, apostar numa maior ligação e aproximação ao movimento associativo e na continua aposta de atividades de bem-estar e saúde.

Sr.Presidente:

Olhemos para importância do ensino Profissional, para a necessidade de reforçar, em articulação com as entidades empregadoras locais, a resposta formativa adequada e necessária ao nosso território. As empresas têm de ser nossas parceiras na identificação das necessidades formativas.

Sr. Presidente, srs vereadores, srs deputados,

Em jeito de balanço, posso afirmar que Tondela é interior demográfico, mas emocionalmente litoral. E disso acredito que não haja dúvidas, mas como referi temos de ambicionar mais, pelo futuro próximo, pelo futuro das gerações, procurando sempre privilegiar as boas práticas e as políticas eficientes em prol das nossas gentes e da nossa comunidade.

Obrigado.

Guilherme Duarte



a NVOY
A
E

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais,
Vereadores, Comunicação Social e Público presente,

Dirijo-me a vós neste período Antes da Ordem do Dia para abordar um tema que a todos nos atormenta e cujo futuro representa uma profunda angústia para a nossa comunidade, em particular a população envelhecida, falo obviamente da saúde.

E não se trata de demagogia ou de tentar obter dividendos políticos num tema tão sensível a todos, trata-se de constatar factos e transmitir aqui, neste fórum da democracia local, a enorme preocupação com os cuidados de saúde junto das nossas populações.

Estes seis anos de socialismo, com uma pandemia no meio, evidenciaram um Serviço Nacional de Saúde que não tem resposta para um dos seus principais desígnios: o acesso a cuidados de saúde primários.

O interior foi mais uma vez o parente pobre de um executivo que teima em brincar à coesão territorial e que esquece por completo os territórios desertificados e envelhecidos.

Reina a barafunda, encerram-se extensões de saúde por falta de administrativos, o exemplo da Lajeosa do Dão, Caramulo e S. João do Monte.

O poder local substitui-se ao estado central, operacionaliza todas as questões relacionadas com logística e administração, encontram-se soluções que garantam a universalidade do acesso aos mais desfavorecidos das nossas localidades e, mais uma vez a história repete-se, a tutela não garante o pessoal médico para manter estas unidades em funcionamento.

Questiono, onde está o Partido Socialista que tanto defende o SNS agora?

Estão acautelados os profissionais para que os cuidados de saúde primários se mantenham a funcionar em todas as freguesias que têm extensões de saúde?

Está a inoculação da 3ª dose da vacina contra a Covid-19 devidamente planeada e garantida sem falhas? Há clínicos suficientes?

Muitas são as dúvidas que inundam as nossas populações que assistem a um degradar permanente dos serviços de saúde nas suas povoações.

É com este estado de um serviço público essencial como a saúde que se fixam pessoas no interior? É esta a resposta que o Ministério da Saúde tem para jovens que como eu optam por viver e trabalhar em Tondela?

Queria ainda deixar aqui um agradecimento publico a autarcas, profissionais de saúde e a todos aqueles que se empenharam na luta pelo centro oncológico para a nossa Região.

Ao que foi publicamente anunciado, a administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu já pode candidatar-se a fundos comunitários para a sua construção. Trata-se de uma vitória de todos e não de um galhardete partidário que somou intenções e promessas durante vários anos.

Espero que finalmente este projeto veja a luz do dia, e que de uma vez por todas a administração hospitalar defina qual o modelo que defende para a unidade localizada em Tondela, se reforça ou não valências e quais, para que os utentes do interior não sejam os principais lesados por um SNS que cada vez se mostra mais doente.

Marta Antunes

anos
P
A
J

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Com o início deste novo ciclo autárquico, alimentamos, com motivação, um continuado ciclo de crescimento e desenvolvimento, ao mesmo tempo que não poderemos descurar as implicações de uma crise pandémica e financeira, cujas consequências ainda não são claramente antecipadas.

Tanto mais, por estarmos a viver uma 5ª vaga da pandemia COVID-19, esperando-se com menos impacto na saúde dos nossos munícipes, mas com continuadas medidas de restrições com efeitos transversais.

Por outro lado, decorrente da globalização, com especial incidência nas cadeias de transporte de matérias primas e de materiais integrados, em linhas de montagem, podemos estar perante novas ondas de lay-off, com inegáveis consequências na economia e no efeito gerador de emprego, em particular em empresas alavancadas em estratégias multinacionais. São tempos de incerteza.

Por tudo isto, a motivação agregadora e o trabalho continuado serão sempre o motor e a esperança mobilizadora que transportamos com a nossa matriz empreendedora.

Olhando para as ações desenvolvidas nestas últimas semanas, importa realçar um conjunto de investimentos na requalificação da rede viária, que já se haviam iniciado há alguns meses, cujo montante de investimento se aproxima de 2 milhões de euros, sem que sejam suportados sem qualquer fundo comunitário.

Em concreto, está neste momento concluída a reabilitação do pavimento da ligação de Molelos (Pedra da Vista) à Ribeira, seguindo-se, numa segunda fase, a execução de valentes revestidas nesta plataforma, a qual ganhou maior segurança e comodidade e, de igual forma, criou condições para uma solução mais ajustada à fruição imediata desta via, a qual não será sobreposta pela futura ligação dedicada à ZIM Lajedo.

De igual forma, também, estão em fase de conclusão os trabalhos de pavimentação na Freguesia de Campo de Besteiros e em Vilar de Besteiros.

Espera-se que brevemente se iniciem, também, experimentações no Loteamento da Ladeira, na Freguesia de Castelões.

Ao mesmo tempo, foram concluídas pavimentações de uma primeira fase de reabilitação na vila do Caramulo em particular as Rua dos Moinhos e Rua do Funtão, bem como uma nova pavimentação na Rua do Clube, contribuindo para a ambição que nos motivou aquando da apresentação do plano de investimentos urbanos nesta Vila.

Em paralelo, outras obras de Reabilitação Urbana estão planeadas para se iniciarem nos próximos tempos, em particular a reabilitação dos passeios nas áreas envolventes a equipamentos escolares e museus e também a Praça dos Castanheiros.

Não deixa de ser verdade que, continuamos a sentir algumas dificuldades com a concretização de outras empreitadas, em grande parte pelas dificuldades inerentes à falta de mão de obra e pela escassez de matérias primas, sendo disso exemplo a execução de infraestruturas na Freguesia de Molelos e cujos trabalhos ainda não estão concluídos, faltando o acesso à Mata-Molelinhos, bem como a reabilitação de pavimentos no Botulho, a que se associam outros trabalhos na União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha, bem como na Freguesia do Dardavaz - que se espera poderem ser retomados brevemente.

Estes condicionalismos que se estão a verificar também tem repercussão na requalificação da estrada de Mosteiro de Fráguas a Sabugosa, sendo que esta plataforma, depois de alargada, aguarda a aplicação de pavimento betuminoso.

No domínio do ambiente, refere-se a construção da ETAR da Zona Industrial do Lajedo, já com a sua estrutura de betão praticamente concluída, ao mesmo tempo que também já estão em conclusão os últimos trabalhos inerentes à remodelação da rede de saneamento e de água ao Caramulo.



Brevemente, assim se espera, ocorrerão as novas captações de água, para que todo o sistema se comece a operacionalizar.

Também está em fase de adjudicação a execução de novo emissário de descarga da ETAR do Caramulo, ao mesmo tempo também estão em fase avançada os projetos de requalificação de algumas Infraestruturas existentes, sublinhando-se no quadro destes estudos, a fase avançada para que se possa vir a concretizar, num futuro próximo, a rede de drenagem de águas residuais da população da Cortiçada, iniciada a alguns anos na artéria principal, sem a devida ligação ao sistema de tratamento.

Referia-se, no quadro da Associação Intermunicipal de Águas Residuais, que está para ser desenvolvido o lançamento do Concurso Público Internacional da requalificação da ETAR Sul Tondela-Molelos, que passará também pela ligação de um emissário da futura Estação Elevatória da povoação da Ermida.

Também estão a ser concluídos os trabalhos do projeto do Sistema Norte, um investimento de estruturante que criará uma capacidade instalada para tratamento de grande parte da rede de drenagem de águas residuais, na zona norte do concelho.

No domínio do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU, temos desenvolvido o acompanhamento das duas obras estruturais que estão em curso, como é o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, que se estima poder estar em fase de conclusão, em finais do primeiro trimestre 2022, sendo verdade que ao mesmo tempo que está a decorrer esta obra de física, também estamos a desenvolver o pensamento estratégico, em articulação com várias entidades parceiras, sobre a estrutura organizativa do modelo de governação, que se quer participado, em particular, pelas estruturas empresariais do nosso Concelho.

De igual forma, decorrem os trabalhos na Frente Ribeirinha, quer na área de criação de plataformas para o desenvolvimento da via ciclável e pedonal da Frente Ribeirinha e também, com particular incidência e grande visibilidade, já a nova construção da nova ponte pedonal que atravessa o rio Dinha, permitindo a ligação deste corredor ciclável à zona do Centro Tecnológico, e em paralelo, também a ligação à Ecopista do Dão.



Ainda dentro deste Plano Estratégico de Desenvolvimento, apresentámos uma candidatura, em regime de overbooking, para nos posicionarmos para o financiamento da obra de transformação da antiga Pensão Matos, cujo estado de degradação se vinha a acentuar, ao longo dos últimos anos, de forma muito significativa, para que aí possamos desenvolver um projeto habitacional, criando condições de acolherem novas famílias que venham a residir nesta área da cidade, contribuindo para a revitalização estrutural deste núcleo Urbano.

Ainda dentro da estratégia de lançamento de importantes investimentos, está a decorrer o concurso para a USF Tondela. Esta obra já tinha sido lançada anteriormente, mas por várias razões teve que ser desenvolvido novo procedimento, neste momento em fase bem avançada. Trata-se de um investimento superior a 2 milhões de Euros e que bem evidencia a impotência estrutural estratégica deste investimento no domínio da saúde.

Também já está em fase de se concluir a consignação da empreitada da USF de Canas de Santa Maria, onde ocorrerá a requalificação e ampliação de uma área dedicada a serviços na comunidade, ao mesmo tempo que o Pólo de Saúde do Caramulo também será objeto de um concurso para a requalificação dessa unidade, principalmente por razões de infiltrações ao nível da sua cobertura.

Ao mesmo tempo que o Município alarga a sua disponibilidade para garantir a requalificação de infraestruturas, extrapolando as suas obrigações e substituindo-se à Administração Central, regista-se, com enorme preocupação, a falta de recursos humanos, em participar profissionais de saúde, o que deixa sem funcionamento a extensão de Lajeosa do Dão, integrada na USF Cândido Figueiredo.

Situação crítica e intolerável, para a qual se espera resposta imediata, o que impõe a colocação de mais médicos ao serviço das populações, já que a médica titular se encontra de licença de maternidade.

Handwritten initials and signature in blue ink.

No quadro do planeamento estratégico, merece referência o trabalho desenvolvido no quadro das zonas industriais e sublinha-se que se encontra também já em fase avançada o estudo do projeto para a nova ligação da ZIM do Lajedo à estrada municipal 627 e concomitantemente ao IP3 e futura autoestrada.

Em boa verdade, já se concluíram os ensaios geológicos e ensaios necessários, a par do levantamento cadastral.

Está, neste momento, em fase de otimização o corredor atendendo à diversidade das parcelas que integram o cadastro, para que assim se possam começar a iniciar as negociações com os proprietários.

Este novo corredor rodoviário, sublinha-se, é um elemento estruturante na medida em que garantirá uma ligação em cerca de 5 km de distância, entre esta zona industrial e a EM 627, no futuro nó de ligação.

Também, ainda, no domínio do desenvolvimento económico, refere-se o forte impulso que se verifica nesta zona industrial do Lajedo, quer com a ampliação da área da empresa Brose – sublinhando que, recentemente, o município vendeu terrenos necessários para tal operação, tal como a empresa Gialmar que já apresenta um grau de evolução das estruturas da sua nova unidade, em lote que também foi objeto de uma hasta pública onde foram alienados os terrenos para este novo projeto.

Com enorme impacto, também estão em curso investimentos superiores a 30 Milhões de euros, na Fresenius Kabi – Labesfal, espelhados em recente visita do Sr. Ministro Siza Vieira, onde se pode constatar a dimensão estratégica desta empresa nuclear para o sector farmacêutico do país.

Também na zona industrial Municipal de Tondela, e no que se reporta às obras de requalificação e expansão, há dificuldades que têm vindo a ser sentidas por parte de algumas empresas, que têm manifestado escassez de meios humanos e de disponibilidade de recursos, para desenvolver as fases do trabalho que lhes foram adjudicadas.

Temos vindo a ter reuniões, no sentido de serem apresentados planos de recuperação em relação ao programa do trabalho a desenvolver, sendo a expectativa agora que se possam retomar os trabalhos e, acima de tudo, concluir este importante projeto na medida em que ele é estrutural.

Ao mesmo tempo desta expansão, estamos a trabalhar para que seja levantada a interdição inerente à área percorrida pelos incêndios de 2017, no sentido de ser reformulada a ligação desta zona, ligando-a ao futuro nó na via de ligação a Dardavaz, no sentido de permitir a expansão industrial de uma unidade existente e se possa materializar uma nova empresa.

Estamos a desenvolver o trabalho para que assim se possa dar continuidade a este projeto de expansão, fruto da capacidade de atração de investimento que temos vindo a desenvolver, de forma muito sólida, viabilizando numa estrutura económica importante para toda a região e para o país.

Por fim, dois campos que devem ser objeto de referência - A descentralização, ou transferência de competências da Administração Central para os Municípios e destes para as freguesias.

À data de hoje, estão em curso trabalhos preliminares no domínio da educação, com interação entre a DGEstE, os agrupamentos e o município, sendo já claros vários constrangimentos, como sejam a insuficiência de recurso de assistentes operacionais, a inadequada fórmula de cálculo associada aos transportes escolares.

Estima-se um deficit de financiamento expressivo, não acompanhando esta transferência qualquer responsabilidade no parque informático das escolas, nem a obrigatoriedade de execução de obras, que não sejam as inerentes a conservação corrente.

Está constituída e em funcionamento a designada Comissão de Acompanhamento, tendo, também, ocorrido um Conselho Municipal de Educação, para partilha de informação sobre este tema.



No domínio das transferências no quadro da ação social e saúde, os trabalhos estão mais atrasados, pela escassez de informação, ou pela ausência de diplomas legais, dos quais se aguarda a publicação.

É inquestionável o impacto, quer financeiro, quer na absorção da estrutura de recursos humanos do município, que estas medidas irão arrastar, com forte repercussão no foco de investimento futuro.

No que se reporta à delegação de competências nas freguesias, durante o mês de dezembro ocorrerão conversações bilaterais, sendo verdade que da leitura do espírito legislativo sobre este tema, a não obtenção de acordo, não obriga qualquer das partes a aceitar a delegação, ao contrário do que acontece nas transferências da administração central para os municípios.

Tondela, 22 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara

(José António Gomes de Jesus, Dr.)

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 18 de novembro de 2021.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2021 e 21-11-2021)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (98,22%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
04F	05	01	01	(%)	(%)	(%)
Recargas Correntes		19 698 920,00	17 322 077,17	87,93%	-0,002858535	56,44%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4 459 415,00	4 130 411,04	92,62%	4,40%	13,46%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	-	-	-	-	-
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	316 703,00	161 439,93	50,98%	-37,24%	0,53%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 218 178,00	935 252,48	76,77%	-11,45%	3,05%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 878 653,00	10 730 949,29	90,34%	2,12%	34,97%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 657 947,00	1 322 656,24	79,78%	-8,44%	4,31%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	168 024,00	41 368,19	24,62%	-63,60%	0,13%
Recargas de Capital		30 557 447,78	13 368 026,60	43,75%	-44,47%	43,56%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	849 220,00	561 373,08	66,10%	-22,12%	1,83%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21 435 272,04	5 056 420,94	23,59%	-64,63%	16,48%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	516 090,86	0,00	0,00%	-88,22%	0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	10 001,00	3 164,81	31,64%	-56,58%	0,01%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	7 501,00	7 704,89	102,72%	14,50%	0,03%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7 739 362,88	7 739 362,88	100,00%	11,78%	25,22%
TOTAL GERAL		50 256 367,78	30 690 103,77	61,07%	-27,15%	100,00%



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 61,07%, apresentando-se com um desvio negativo de 27,15%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam um grau de execução orçamental quase idêntico à taxa da execução padrão, destacando-se a rubrica das transferências correntes como aquela que apresenta maior peso em relação à receita total (34,97%).

A estrutura das receitas de capital apresenta um desvio negativo de 44,47%, continuando a destacar-se aqui o peso das transferências de capital e o saldo de gerência anterior com um peso em relação à receita total de 16,48% e de 25,22% respetivamente.



3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2021a 6-11-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (88,22%)	PESO DA EXECUÇÃO DN NA DESPESA TOTAL
IMP	DESCRIÇÃO	II	III	IV(%)	V(%)	VI
Despesas Correntes		21 181 071,77	12 482 126,32	58,93%	-29,29%	57,84%
01	Despesas com Pessoal	6 923 061,83	4 942 565,43	71,39%	-16,83%	22,90%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 521 665,94	4 104 323,47	43,11%	-45,11%	18,02%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	11 136,13	25,37%	-62,85%	0,05%
04	Transferências Correntes	4 476 470,00	3 305 044,41	73,83%	-14,39%	15,32%
06	Outras Despesas Correntes	215 974,00	119 056,88	55,13%	-33,09%	0,55%
Despesas de Capital		29 075 296,01	9 096 472,83	31,29%	-56,93%	42,16%
07	Aquisição de Bens de Capital	22 350 202,51	6 948 206,18	31,09%	-57,13%	32,20%
08	Transferências de Capital	6 158 240,50	2 039 496,49	33,12%	-55,10%	9,45%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	0,00	0,00%	-88,22%	0,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	108 770,16	21,97%	-66,25%	0,50%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	0,00	0,00%	-88,22%	0,00%
TOTAL		50 256 367,78	21 578 599,15	42,94%	-45,28%	100,00%

Analisando o quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 42,94% sendo, o grau de execução esperado de 88,22%, representando um desvio negativo de aproximadamente 45%.

Destacam-se, do total das despesas, a rubrica de Aquisição de bens de capital com um peso de 32,20% em relação à despesa total esperada, bem como a rubrica de despesas com pessoal com um peso de 22,90%.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

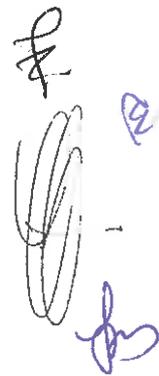
3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - COMPROMISSOS

Período 01-01-2021a B-11-2021

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(€)	(€)	(%)
Despesas Correntes		21 181 071,77	19 163 956,53	90,48%
01	Despesas com Pessoal	6 923 061,83	6 745 871,67	97,44%
02	Aquisição de Bens e Serviços	9 521 665,94	8 043 044,55	84,47%
03	Juros Outros Encargos	43 900,00	28 130,03	64,08%
04	Transferências Correntes	4 476 470,00	4 169 971,41	93,15%
06	Outras Despesas Correntes	215 974,00	176 938,87	81,93%
Despesas de Capital		29 075 296,01	22 465 107,12	77,27%
07	Aquisição de Bens de Capital	22 350 202,51	16 585 535,76	74,21%
08	Transferências de Capital	6 158 240,50	5 315 110,63	86,31%
09	Ativos Financeiros	36 188,00	36 187,50	100,00%
10	Passivos Financeiros	495 002,00	492 612,78	99,52%
11	Outras Despesas de Capital	35 663,00	35 660,45	99,99%
TOTAL		50 256 367,78	41 629 063,65	82,83%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, à data do reporte, no que diz respeito a despesas correntes, encontra-se comprometido cerca de 90% da dotação orçamental do Município, enquanto que nas despesas de capital essa execução situa-se na ordem dos 77%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução situa-se nos 82,83%.



3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei do Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo 19º e 22º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2021, na reunião do dia 11 de dezembro de 2020, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

[Handwritten signatures and initials]

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 28-08-2021 e 18-11-2021.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 28-08-2021 e 18-11-2021					
<i>(De acordo do autorresumo prático procedido em 18/11/2020 pela Assembleia Municipal)</i>					
Descrição sumária do compromisso plurianual	2022	2023	2024	2024	Seguintes
Protocolo de Colaboração para apoio às Obras (1ª e 2ª fase) da IPSS do Vinhal	250 000,00 €	250 000,00 €	250 000,00 €	250 000 €	
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	4 733,61 €				
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	13 110,54 €				
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	15 548,63 €				
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	9 494,58 €				
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	52 392,04 €				
Refeições escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças dos Jardins de Infância e alunos das Escolas Básicas do Concelho de Tondela	15 304,44 €				
Aquisição de serviços de análises físico-químicas, bacteriológicas e em águas residuais	32 727,43 €				
Protocolo colaboração âmbito projeto "enoturismo região demarcada vinhos dão"	2 207,74 €				
Protocolo colaboração apoio projeto "rota megalitismo região viseu dao lafoes"	1 236,26 €				
Protocolo colaboração âmbito projeto investimentos abrigos poseur	2 032 755,19 €	1 423 851,24 €			
Fornecimento gás natural	4 083,60 €				
Serviços gestão informática e equipamento informático	1 033,20 €				
Manutenção sistemas AVAC e águas de consumo	1 937,25 €				
Manutenção sistemas AVAC e águas de consumo	1 107,00 €				
Manutenção sistemas AVAC e águas de consumo	738,00 €				
Manutenção sistemas AVAC e águas de consumo	738,00 €				
Fornecimento contínuo de consumíveis de higiene e limpeza para Jardins de Infância e Escolas Básicas do 1º Ciclo	61 339,21 €				
Serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho	8 255,15 €	8 255,15 €	6 879,28 €		
Serviços de segurança no Parque Urbano de Tondela	34 558,08 €				
Refeições Escolares para o ano letivo 2021/2022, para as crianças do JI e da EB1 de Canas de Santa Maria	23 442,81 €				
Remodelação do emissário de descarga da Etar do Caramulo	17 662,88 €				



CONCLUSÃO

Estando decorridos 322 dias do ano de 2021, poderemos concluir que o indicador da receita se encontra abaixo do padrão esperado, na ordem dos 61,07%, face ao padrão esperado de 88,22%, representando um desvio negativo de 27,15%. O indicador da despesa apresenta um desvio negativo mais acentuado, situando-se na ordem dos 45%, correspondendo a um total de despesa paga total de 21.578.599,15€.

Observa-se a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 19 de novembro de 2021

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,





anexo 7
P
A
Jo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados

1

SANEAMENTO ACTUAL NA RUA DA BAGANHA - CALVÁRIO – LAJEOSA DO DÃO

A Rua da Baganha, situa-se no Calvário, Lajeosa do Dão, com início na Rua da Senhora do Calvário (estrada de Ferreirós) serve algumas habitações e terrenos agrícolas/florestais.

O pavimento é em betão betuminoso nos primeiros cerca de 200 m, até ao acesso à última habitação, continuando a partir daí em terra (caminho agrícola/florestal).

É dotada de rede de saneamento básico desde o seu início (estrada de Ferreirós) na extensão de cerca de 550 m, isto é, cerca de 350 para além da zona pavimentada (última habitação).

O saneamento termina sem qualquer ligação a estação de tratamento ou bombagem elevatória, e descarregava pela boca da última caixa “a céu aberto” – caixa “cega”

Em Abril 2012 estas descargas eram visíveis na zona florestal; notava-se grande escorrência de esgotos para os terrenos florestais confinantes com o lado esquerdo do caminho principal (eucaliptal).



Foto 1 - Última caixa drenando para os terrenos confinantes, (eucaliptal) – (2012/04/26)

Actualmente, junto desta última caixa, não se nota qualquer escorrência, sinal de que os detritos ou terão solidificado e bloqueado o escoamento entre as duas últimas caixas, (ou a mesma terá sido propositadamente obstruída, desconhecemos), razão que justificará a escorrência na penúltima caixa (a montante e a cota superior) e também a solução imaginativa agora adoptada para o seu alteamento, diria mesmo, digna de registo de “patente” !

As tampas das caixas, na zona não pavimentada, encontram-se cobertas por terra proveniente da recente regularização da plataforma do caminho (realizada pela Junta de Freguesia). Na penúltima caixa nota-se o seu alteamento feito em betão de cimento, aliás já partido.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Como seria de esperar, não se notando agora escorrência junto da última caixa, a tubagem e a penúltima caixa estão completamente cheias de esgotos (não havendo saída na última caixa, o nível dos esgotos sobe na tubagem até à caixa imediatamente a montante).

O alteamento da penúltima caixa em anel de betão de cimento, foi feito no local. O anel é incompleto, com abertura a toda a sua altura do lado da valeta, (lado esquerdo), permitindo a saída dos esgotos, (*solução imaginativa*), evitando assim o levantamento da tampa em ferro fundido, pela pressão que os mesmos provocariam (o desnível entre esta caixa e a anterior, a montante e a cota superior, é de cerca de 6 m).

2

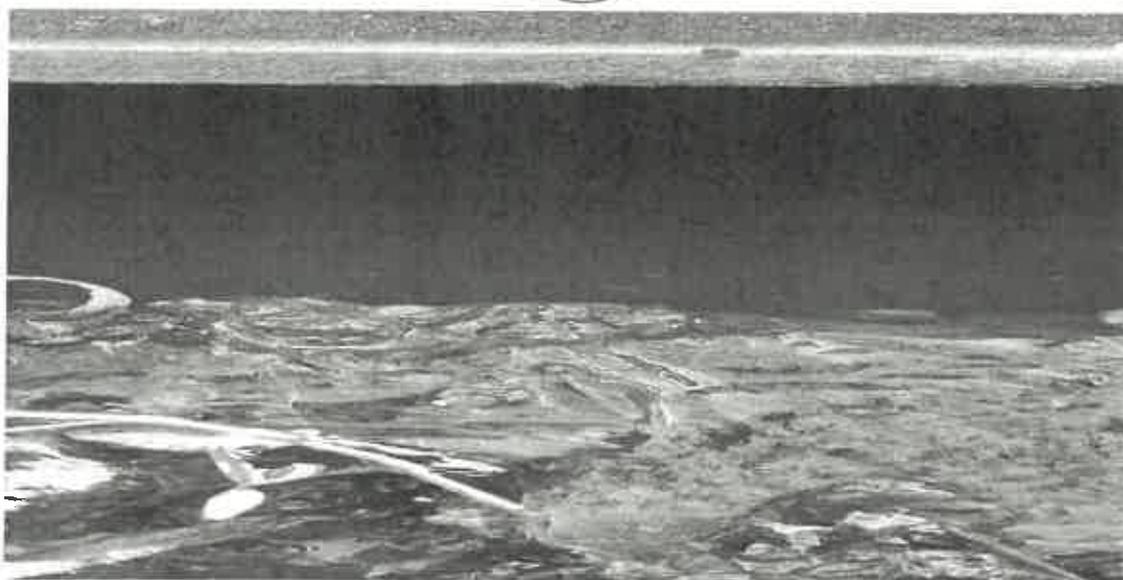
Em 2021/08/11 notava-se esta penúltima caixa cheia de esgotos com intenso cheiro e escorrência directa para a valeta que se encontrava húmida em cerca de 20 m (na direcção da última caixa), conforme as 4 fotos seguintes documentam.



Fotos 2 e 3 - Penúltima caixa, alteada com aro em betão de cimento simples, incompleto, para permitir saída dos esgotos. Nota-se o nível dos esgotos dentro da caixa e a escorrência para a valeta (2021/08/11)



Handwritten signature in blue ink.



3

Foto 4 - Penúltima caixa – interior da caixa e esgotos a sair livremente para a valeta (2021/08/11)

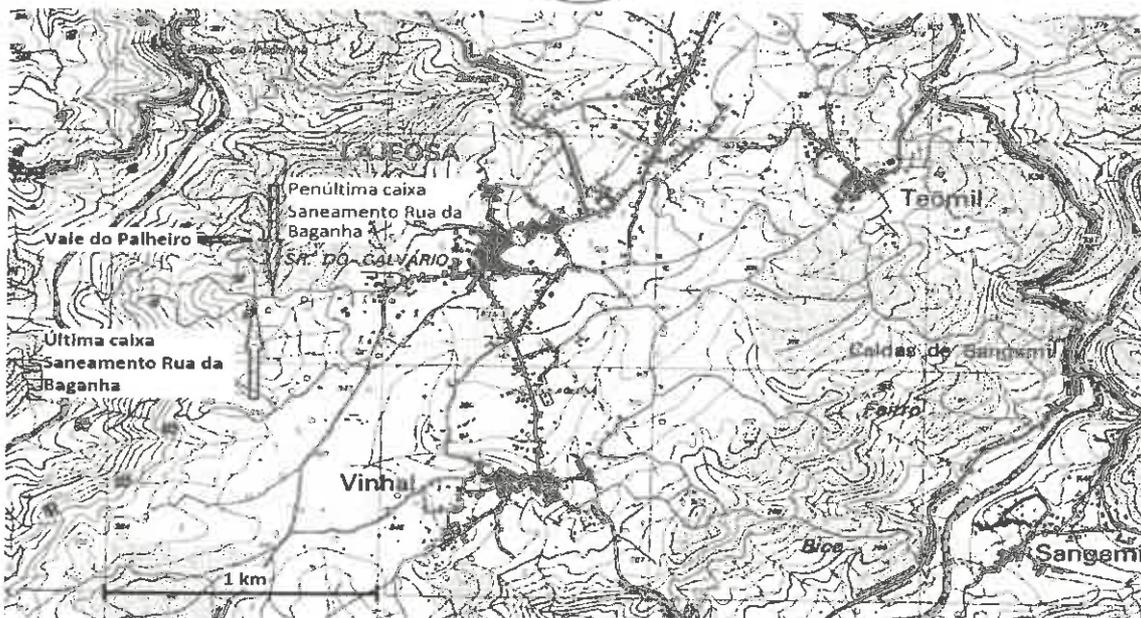


Foto 5 - Valeta imediatamente após penúltima caixa com esgotos “a céu aberto” (2021/08/11)

É importante referir que esta “descarga” de esgotos se situa a cerca de 250 m a sul e no início da linha de água que passa pela nascente designada Vale do Palheiro, (ver extracto da Carta Militar, a seguir), utilizada por alguns habitantes da Lajeosa, havendo possibilidades de contaminação da mesma.



Handwritten signature in blue ink.



4

Extracto da Carta Militar 199 (1:25.000) com localização do Vale do Palheiro e as duas últimas caixas de saneamento da Rua da Baganha

Em face do relatado é legítimo perguntar:

- a) - como se permite uma rede de esgotos assim, incompleta, descarregando “a céu aberto” para terrenos florestais e agora para a valeta ? – o projecto foi assim aprovado ?, tenho dúvidas, deixo a questão.
- b) - como se autoriza (ou permite) a ligação de esgotos domésticos a esta mesma rede ?
- c) - como tem persistido esta situação ao longo dos anos, sem que as entidades responsáveis, CM Tondela e também a JF Lajeosa do Dão como primeira interessada, se mostrem dispostas à resolução definitiva do saneamento da Rua da Baganha ?

Em 2012 os então Presidentes da CM Tondela e da JF Lajeosa do Dão, que não a desconheciam, foram alertados para a gravidade da situação, tendo o PCM se limitado a dizer para o PJF: “temos de resolver aquilo” ...

O actual PJF, em funções desde 2013, vai no terceiro mandato, não desconhecerá a situação, o que é muito mau, por não ter sido já resolvida!

Na intervenção nesta AM em 2021/09/03 (conforme acta) o Snr PCM citou algumas obras a realizar no âmbito da AINTAR – Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, (desconheço se as referiu todas), mas nada é dito quanto ao saneamento na freguesia de Lajeosa do Dão.

Termino, Snr PAM, Snr^{as} e Snrs Deputados, propondo ao Snr PCM que a conclusão do saneamento da Rua da Baganha, na Lajeosa do Dão seja incluída nas Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022, a aprovar na CM e nesta AM.

Tondela, AM, 2021/11/26

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Comunicação Social
Público presente,

Em 2015 muito se debateu em torno daquilo que na altura eram os primeiros passos na delegação de competências em domínios como a educação, serviços locais de saúde, contratos de desenvolvimento, inclusão social e cultura.

Em matéria de educação, Tondela foi um dos Municípios que trabalhou um projeto piloto que envolvia uma análise detalhada do território educativo, uma avaliação dos custos e respetivo envelope financeiro, com negociações assumidas de contrapartidas com a tutela.

O objetivo de passar para a esfera do Município um conjunto de responsabilidades nesta matéria acabou por não avançar em parte por opção de um conjunto de parceiros que assim entenderam ser melhor para todos nós.

Mais recentemente o Decreto-Lei nº21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

Ora não ignoramos que as autarquias locais foram essenciais na expansão da rede nacional da educação pré-escolar, na construção de centros escolares dotados das valências necessárias ao desenvolvimento qualitativo dos projetos educativos, na organização dos transportes escolares e na implementação da escola a tempo inteiro, respostas que concorrem decididamente para o cumprimento da garantia constitucional do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.

Mas também sabemos que isso saiu, muitas vezes, de um esforço sem igual da parte das autarquias. Vejamos, por exemplo, o caso dos transportes escolares em que a tutela decide alargar a escolaridade obrigatória para o ensino secundário e muito bem, mas manteve o financiamento do transporte escolar apenas no 3º ciclo.

Hoje, em Tondela, nenhum aluno a frequentar a escolaridade obrigatória paga transporte escolar, quer faça uma pequena deslocação por exemplo entre Vilar de

Besteiros e a Escola Básica de Campo de Besteiros, quer venha de São João do Monte para Tondela. E essa é uma opção que tem custos para cofres da autarquia. São opções políticas que muito presamos!

Senhor presidente, quando estamos a sensivelmente 4 meses da concretização desta descentralização de competências, as minhas dúvidas são eventualmente as mesmas de muitos dos deputados desta assembleia, mas também muitos pais, muitos assistentes operacionais, assistentes técnicos, docentes, eventualmente até muitos alunos:

- Como irá decorrer este processo no nosso território?
- Que impactos terá para o Município de Tondela?
- Como foram salvaguardados os interesses do Município?
- Que encargos trará?
- Ficam salvaguardados todos os investimentos necessários?
- Como ficam, por exemplo, os Assistentes Operacionais que diariamente zelam pelos nossos alunos e pelas escolas de uma forma inexcedível?
- Qual será a situação dos restantes técnicos, agentes educativos, docentes e não docentes no meio de todo este processo?
- Por falar em escolas, qual o modelo de financiamento negociado para a transferência do edificado e do respetivo apetrechamento?
- Como será monitorizada esta transferência de competências?

No último Conselho Municipal de Educação, realizado há menos de 15 dias, quando questionado sobre o apetrechamento dos laboratórios e dos parques desportivos, o representante da DGEstE lembrou que tudo isso ainda terá que ser definido em portarias por parte da tutela.

A pergunta que se impõe é quando é que isso acontecerá? Em que moldes? Que negociações precederão essas portarias?

A importância destas questões é ainda maior se pensarmos que em paralelo há outros processos de descentralização a acontecer - por exemplo o da SAÚDE.

Senhor presidente, termino a minha intervenção referindo que as dúvidas são, de facto, muitas.

Gostava, por isso, que nos pudesse dar algumas ideias do trabalho desenvolvido nesta matéria tão emergente mas, naturalmente, dizer-lhe desde já que apesar das reticências contamos com o trabalho do executivo, e dos demais parceiros, para manter Tondela como um território de excelência em matéria de educação.

Obrigado.

(Márcio Santos)



Amo 09

F. A. J.

Grupo Parlamentar do PSD de Tondela

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais,
Vereadores, Comunicação Social e Público presente,

Desde já cumprimentar todos os presentes, e desejar-lhes um excelente mandato, desejo e contribuirei para que a elevação e o superior interesse da nossa comunidade seja o princípio norteador da nossa participação nesta nobre casa da democracia local.

Sobre as atividades da Câmara queria deixar aqui uns pequenos apontamentos que me merecem ser realçados.

Por um lado, e volvidos dois meses sobre as últimas eleições autárquicas, cai por terra a tese eleitoralista deste executivo. As obras de pavimentação nas freguesias continuam, o alcatrão continua a ser colocado, os projetos continuam afirmando desta forma a solidez desta equipa autárquica.

Ainda que com alguns atrasos, provocados sobretudo pela escassez de matérias-primas e recursos humanos, a rede viária continua a ser requalificada, num investimento de cerca de 2M€, suportados sem recurso a fundos europeus.

A somar a esta dinâmica, e sempre com a garantia de solidez financeira do Município, o Centro Tecnológico, a Frente Ribeirinha, a expansão das zonas industriais continuam em andamento, consolidando uma estratégia de desenvolvimento cujos frutos continuam à vista de todos.

Criamos emprego, geramos riqueza e fixamos pessoas. A recente decisão de ampliação da Bodum que está localizada na Zona Industrial da Adiça é um bom exemplo desse caminho que o concelho está a trilhar.

Senhores Deputados,

Permitam-me direcionar a intervenção para outro ponto que não se prende com obra física, mas que acho que, e neste cenário pandémico se traduz de vital importância.

Esta é a primeira Assembleia Municipal após a saga com o SARS – Cov 2 onde podemos falar de eventos com e para as pessoas.

Queria portanto partilhar a importância de termos assistido desde o dia 1 de Setembro a iniciativas que começam a trazer alguma normalidade às nossas vidas e que tanta importância têm para a economia local.

Lembrar o Caramulo Motor Festival que foi um tremendo sucesso quer ao nível de participação, quer ao nível de projeção concelhia, permitindo às populações daquelas localidades renascer para uma vida que tinha sido interrompida.

O Festival de Teatro Internacional realizado pela Acert voltou, já temos torneios da sueca e magustos, o publico voltou ao futebol, vamos inaugurar sábado uma exposição no Mercado Velho, tudo isto são pequenos exemplos de um regresso ansiado, ainda que com cautelas porque o vírus não foi erradicado.

E um dos desafios que deixo a esta Assembleia é exatamente a reflexão sobre qual o modelo para que as nossas coletividades não encerrem e mantenham esse papel de dinâmica nas comunidades.

O jantar de Natal, a sueca, o teatro amador são talvez dos momentos mais importantes, quer ao nível de convívio, quer como sentimento de pertença das nossas aldeias mais recônditas.

Como é que vamos inverter esta tendência de abandono? Seremos nós capazes de renovar e reinventar o tecido associativo? Fica a pergunta.

Ainda neste âmbito e a título meramente simbólico queria deixar aqui uma palavra de ânimo e estímulo à nova direção da Associação da minha terra, o Carvalhal. O Senhor Luís Henriques teve a ousadia de encabeçar no último mês a liderança desta coletividade com uma equipa completamente jovem.

Este é sem dúvida um sinal de esperança.

Para terminar, queria questionar o Senhor Presidente sobre a utilização do Projeto Ir e Vir. Gostaria de saber se tem tido adesão, se já há alguns números sobre a sua utilização.

Vera Machado



Grupo Parlamentar do PSD de Tondela

Reitero os cumprimentos,

Intervenho neste ponto da Ordem do Dia e vou juntar os três impostos que vêm aqui a aprovação nesta Assembleia.

Vou começar pelo IMI, onde o executivo municipal liderado pelo PSD mantém, e bem, as taxas no mínimo quer no que concerne aos prédios urbanos, quer rústicos. Este princípio de ter impostos baixos sobre o património é de elementar justiça social, desonerando de alguma forma as famílias com menores rendimentos deste encargo com as suas habitações.

Ainda no âmbito deste imposto, a Câmara Municipal mantém também a proposta de majoração em 3 vezes sobre prédios devolutos e em ruínas, edifícios esses que representam situações gritantes aos olhos de todos, bem como muitos deles resultam de participações dos próprios munícipes sobre o seu estado de conservação.

É obvio que há um caminho a percorrer, que existem ARUs, quer na cidade, quer no Caramulo, bem como a Estratégia Local de Habitação, e que em muitos casos os incentivos fiscais não foram suficientes para a reabilitação, é também elementar que em alguns núcleos históricos terão que ser encontradas soluções criativas para regeneração de edifícios.

Mas, Caros deputados,

Assistir a uma oposição que vota contra impostos fixados no mínimo, com um argumento demagógico, sem um rumo orientador, com uma proposta não exequível, ou talvez só possível nos meandros teóricos de quem não executa, é um exercício insólito, só explicável pela orientação ideológica de um partido socialista com um governo nacional que aposta tudo na carga fiscal, sobretudo impostos indiretos.

A somar a esta incongruência vem o posicionamento sobre a taxa do IRS.

o n.º 10

8
A
Jm

F. Machado

Por um lado vota-se contra a taxa de IMI fixada no mínimo, onde inúmeras famílias com ordenados baixos têm casa própria e são tributados por essa propriedade, por outro, a equidade socialista defende a devolução de 1,5%, nos 5% de matéria coletável de famílias que, por força do seu rendimento pagam imposto.

Aquilo que o Partido Socialista tem que dizer não é a falácia que uns euros a famílias que têm bons rendimentos deveriam ser devolvidos, mas sim, qual a IPSS que vai ter menos apoio por força desse retorno a alguém que felizmente pode redistribuir riqueza.

Aquilo que é necessário explicar é esse discurso manipulador que apregoa o estado social, mas que na primeira oportunidade opta por um piscar de olhos a quem tem rendimentos maiores, ao invés de olhar para esse valor e aplica-lo nas nossas escolas ou nos nossos idosos.

A Social Democracia defende equidade, redistribuição de rendimentos, apoio a quem mais necessita, defende políticas publicas onde a escolha por ofertas de serviços públicos de qualidade deve ser universal e não apenas para aqueles que têm maiores rendimentos.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente à proposta do IMI, Derrama e IRS.

Vera Machado